

Geral

TRÂNSITO

Taxista que matou ciclista pode perder licença

Caso se comprove a denúncia de que o profissional segue atuando, suspensão já estabelecida se tornará definitiva

Isabella Sander

isabella@jornaldocomercio.com.br

Após a denúncia do coletivo Mobicidade de que o taxista que causou a morte do ciclista Joel Fagundes segue trabalhando, o diretor-presidente da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), Vanderlei Cappellari, garantiu que averiguará a situação. Se a denúncia for comprovada, o profissional, Daniel Trindade Coelho, terá sua licença cassada.

O atropelamento ocorreu na manhã do dia 8 de fevereiro, em frente ao Aeroporto Internacional Salgado Filho, na zona Norte de Porto Alegre. O caso gerou comoção entre os porto-alegrenses. No dia 10 de fevereiro, centenas de ciclistas homenagearam Fagundes, pendurando uma bicicleta branca nas proximidades do local do acidente.

O motorista já havia sido suspenso preventivamente, a fim de que a EPTC fizesse uma avaliação detalhada sobre a documentação apresentada por ele. “Tomei essa decisão em função do histórico do profissional, que tem uma série de ocorrências conosco, inclusive envolvendo acidentes. O processo está em tramitação e ele não deveria estar trabalhando. Solicitei averiguação da denúncia aos órgãos técnicos. Sabemos o prefixo em que ele está cadastrado e tentaremos localizá-lo e abordá-lo”, afirma.

Caso o taxista esteja de fato trabalhando, o veículo será recolhido e o documento utilizado por ele apreendido, para que não possa mais conduzir. Sua cassação, então, se tornará definitiva. “Inclusive, faremos uma autuação do permissionário por colocar um condutor não autorizado a dirigir o táxi. A relação formal que temos é com o permissionário, ele que é responsável pelos profissionais que contrata”, destaca Cappellari.

A licença do motorista não havia sido recolhida pela EPTC até agora em virtude de sua suspensão ser de caráter temporário. “Há uma legislação muito clara sobre isso: quando o profissional atende às exigências de documentação, temos que cadastrá-lo e dar a ele a licença, conhecida como carteira. Em 2011, já havíamos recusado renovar a licença desse taxista, mas ele tentou de novo e conseguiu. Contudo, fiz o que pude e o suspendi preventivamente, devido a seu histórico”, explica Cappellari. Além disso, o gestor solicitou a formação de um grupo de trabalho dentro da empresa pública, que estudará toda a legislação municipal referente às exigências para que um motorista esteja habilitado a conduzir um táxi em Porto Alegre, a fim de torná-las mais rígidas.

Em carta enviada ao prefeito José Fortunati e a Cappellari, o Mobicidade demonstrou



Ativistas homenagearam Joel Fagundes pendurando uma bicicleta branca junto ao local do atropelamento

preocupação com a denúncia, feita por outro taxista, que prefere permanecer anônimo. No texto, os ativistas explicitam que o motorista “já tinha matado outras pessoas anteriormente”.

O coletivo enfatizou que a profissão de motorista profissional deve ser regulamentada de forma rígida e “exigir histórico exemplar na conduta de veículos

e no zelo pela vida alheia”, tendo também acompanhamento psicológico que garanta sua saúde mental e a saúde física dos passageiros e daqueles que se encontram fora do automóvel. “Entendemos que conduzir um veículo automotor não é um direito universal, mas um privilégio que deve ser cedido somente a pessoas que comprovem ter

capacidade psicológica para garantir a segurança de todos ao seu redor. Ao emitir licença a um condutor que já tem histórico no uso de seu veículo como arma para ferir ou matar terceiros ou apresenta conduta agressiva, a EPTC assume o risco de se tornar cúmplice de futuros homicídios”, destaca o Mobicidade em sua carta.

SAÚDE

Após novo caso de dengue, Higienópolis sofrerá bloqueio

Com a confirmação de mais um caso de dengue importado na Capital, será realizada hoje mais uma operação de bloqueio de transmissão, com aplicação de inseticida, no bairro Higienópolis, a partir das 9h30min. O paciente contraiu o vírus em viagem a Ribeirão Preto, interior de São Paulo, onde se iniciaram os sintomas. O retorno para Porto Alegre foi no dia 11 de março. Com mais esta confirmação, sobe para 11 o número de casos de dengue em na Capital em 2015 - dez importados e um autóctone.

A ação será feita por agentes da Coordenadoria-Geral de Vigilância em Saúde (CGVS) em seis locais: na rua Honório Silveira Dias, entre a rua Couto de Magalhães e a avenida Cristóvão Colombo; em toda a extensão da rua Líbano; na rua Couto de Magalhães, entre a avenida Dom Pedro II e a rua Luzitana; em um trecho da rua Coronel Camisão, próximo à rua Couto de Magalhães; na avenida Dom Pedro II, entre Couto de Magalhães e a Travessa Cunha Vasconcelos; e no trecho da rua Luzitana, entre a avenida Cristóvão Colombo e a Couto de Magalhães.

EDUCAÇÃO

Estado nomeia 98 docentes aprovados em concurso

O governo do Rio Grande do Sul publicou, na segunda-feira, no Diário Oficial do Estado (DOE), 98 nomeações de professores aprovados em concurso público realizado dois anos atrás. Os docentes darão aula em escolas da rede estadual. Os profissionais se somam a outros 397 nomeados no início de março, após autorização do governador do Estado, José Ivo Sartori, para o chamamento.

Para suprir casos em que não há mais banco de concursados para nomear, também foram chamadas 275 pessoas através de contratos temporários. No total, 770 novos professores assumiram desde o começo do ano letivo, a fim de garantir que não haja salas de aula sem educadores.

Os nomeados têm um prazo de 15 dias para se apresentar às Coordenadorias Regionais de Educação (CREs) para as quais foram designados e encaminhar os exames médicos admissionais. O Estado assegura que, conforme forem levantadas necessidades de mais professores, as nomeações seguirão sendo feitas.

RODOVIAS

Trecho estadual da BR-470 passa a integrar malha federal

Atendendo a uma velha reivindicação de municípios gaúchos, o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e o Departamento Nacional de Infraestrutura dos Transportes (Dnit) oficializaram ontem, em Brasília, a federalização da BR-470. O termo foi assinado no gabinete do ministro dos Transportes, Antonio Carlos Rodrigues, com a presença do governador José Ivo Sartori.

Com a medida, a União terá de fazer as obras necessárias na estrada, o que possibilitará o desenvolvimento da infraestrutura e da logística da região. A federalização prevê a absorção de 234,2 km da rodovia estadual pela malha rodoviária federal.

“A BR-470 é uma importante via de acesso para, no mínimo, 16 municípios gaúchos. O ato de federalização contribui para o desenvolvimento econômico em nosso Estado e representará impactos positivos para o escoamento da produção, para a infraestrutura, para a logística e o transporte”, salientou o governador. A rodovia fica entre os municípios de Arroio dos Ratos, na Região Metropolitana, e Lagoa Vermelha, na região Nordeste.